

Assunto: Fwd: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO - NUCLEP 012-2021

De: Fabio Hyer de Lima Rangel - NUCLEP <fabio.rangel@nuclep.gov.br>

Data: 06/05/2021 18:16

Para: Leandro de Carvalho Pereira <leandro.carvalho@nuclep.gov.br>

CC: Kristine Auler <kristineauler@mapma.com.br>, Nivea Bertao de Moraes <nivea.bertao@nuclep.gov.br>, Karen Oliveira Santos <karen.oliveira@nuclep.gov.br>

BCC: Fernando de Jesus Coutinho <fernando.jesus@nuclep.gov.br>

Prezado Dr. Leandro,

Submeto os argumentos encaminhados pelos representantes da FIPECQ à apreciação vossa, na qualidade de procurador da NUCLEP, e peço avaliar, se tais argumentos são bastantes para que possamos "assemelhar" o registro do balanço da FIPECQ em cartório de registro civil, ao registro do balanço na junta comercial;

Por fim, peço que analise os documentos em anexo (em especial a decisão liminar), se são suficientes para justificar a falta de uma CND Federal em nome da FIPECQ.

Observo, no entanto, que a FIPECQ decerto possui empregados. A falta de uma CND federal pode ocultar, no fato em si, pendências previdenciárias. Não se trata de uma certidão só de tributos, mas de contribuições previdenciárias. É unificada.

(mais uma vez, pontuo, que nada disso foi objeto de questionamento ou pedido de impugnação ao edital)

Att,



Fabio Hyer de Lima Rangel

Administrador

fabio.rangel@nuclep.gov.br

+ 55 21 3781-4588

NUCLEP

Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.

www.nuclep.gov.br



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



O conteúdo desta mensagem e dos documentos anexos é destinado exclusivamente às pessoas indicadas no endereçamento eletrônico e contém informações confidenciais e/ou legalmente protegidas. É expressamente vedado a qualquer pessoa, sem prévia e expressa autorização, ler, revelar, distribuir, divulgar, alterar, copiar, reproduzir ou, sob qualquer forma, utilizar o todo ou parte desta mensagem ou dos documentos a ela anexados. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, queira, por gentileza, avisar imediatamente seu remetente e eliminar completamente do seu sistema. The contents of this message and of the attached documents are destined for the exclusive use of those persons named in the electronic address and contain confidential and / or legally protected information. It is strictly forbidden for any person without prior and official authorization to read, reveal, distribute, disclose, alter, copy, reproduce, or in any form or manner to use either the whole, or part of this message, or the attached documents. Should you have received this message and / or the attached documents in error, please notify the sender immediately, and delete it / them from your system completely.

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto: RE: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO - NUCLEP 012-2021

Data: Thu, 6 May 2021 20:33:27 +0000

De: Kristine Auler <kristineauler@mapma.com.br>

Para: Fabio Hyer de Lima Rangel - NUCLEP <fabio.rangel@nuclep.gov.br>, Leandro de Carvalho Pereira - NUCLEP <leandro.carvalho@nuclep.gov.br>, Nivea Bertão - NUCLEP <nivea.bertao@nuclep.gov.br>, Karen Oliveira Santos <karen.oliveira@nuclep.gov.br>

CC: Marcio Prado <marcioprado@mapma.com.br>, Rosane Miranda <rm.mapmasp@mapma.com.br>, Luiz Felipe <lfpradomaia@mapma.com.br>

Prezado Fabio, boa tarde!

Transcrevo abaixo resposta da Fipecq:

Senhores, boa tarde!

Em face do questionamento em relação ao pedido pendente SPED ou balanço patrimonial registrado na Junta Comercial (ou da autorização do poder judiciário para registro em cartório substituir o registro na junta, tecemos alguns comentários:

- A Caixa de Assistência Social da FIPECQ é pessoa jurídica em fins lucrativos, cuja atividade principal é a de associações de defesa de direitos sociais, constituída em 20/11/2001, na forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com a finalidade de ofertar à população elegível, o benefício de assistência à saúde, assistência odontológica, seguro de vida e previdência;
- Nesses termos, a FIPECQ Vida se enquadra como instituição de assistência social conforme artigo 150 da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - Instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

Pelo Código Civil de 2002 as sociedades podem ser de natureza empresária ou não empresária (simples). Isso resta delimitado no Art. 982 do referido diploma legal, que assim fixa: "Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.". Destarte, conforme o art. 967 também do Código Civil de 2002, a atividade própria de um empresário é aquela profissionalmente exercida, organizada para a produção ou a

circulação de bens ou de serviços e deve estar voltada para o mercado e ao lucro.

As sociedades cuja atuação se dá pelo trabalho profissional de seus sócios ou não apresentam as características intrínsecas de empresa são as definidas como de cunho simples.

A sociedade empresária, qualquer que seja o objeto, é registrada pela Junta Comercial somente. Assim, pela LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994, a função das Juntas Comerciais é o de arquivamento dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais e sociedades mercantis.

Já as sociedades simples são registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas juntamente com outros tipos de entidades civis.

A FIPECq Vida possui natureza de "Associação Privada". A associações privadas lado outro estão previstas nos artigos 53 a 61 da Lei n.º 10.406, de 07/01/2002 e não são em nada assemelhadas as sociedades empresariais ou simples. Associação é uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa. Conforme a Lei 6.015/73, art. 121 e 122, e o Código Civil, art. 1.151, tais associações são registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Não existe exigência na Lei de Registro Público ou normativas incidentes às sociedades simples que obriguem as mesmas a arquivar no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente as demonstrações financeiras de seus exercícios.

Em resumo, a FIPECq Vida não é sociedade mercantil e tem seus atos constitutivos registrados em Cartório de Registros e Notas e não em Juntas Comerciais, impossibilitando o protocolo das demonstrações contábeis junto a esse último órgão.

Entendemos a letra da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 2003/2021, no entanto, a própria legislação reza em seu artigo 14, que "Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021". Desse modo, o balanço patrimonial do ano de 2019 possui o registro em cartório, conforme orientação pretérita e a demonstração de 2020 ainda não é exigível e está em processo de aprovação pelos órgãos colegiados da FIPECq Vida.

Quanto ao outro questionamento: "dos documentos da judicialização com a RFB." Encaminhamos o protocolo de requerimento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional onde pode-se verificar os fundamentos do pedido para liberação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

Para facilitar o entendimento anexamos também a Ata de Constituição da Caixa de Assistência, a decisão judicial em tutela antecipada e a Instrução Normativa da RFB.

Continuamos à inteira disposição.

Abst!

Kristine Auler

Coordenadora de Relacionamento

RJ: Rua. Rodrigo Silva, nº 26 – 14º, Centro - Rio de Janeiro

SP: Rua. Joaquim Floriano 243, conj 124 - Itaim Bibi

Tel.: +55 21 2216-4852

Cel.: +55 21 99941-9624

kristineauler@mapma.com.br

www.mapma.com.br

facebook.com/GrupoMapma

De: Fabio Hyer de Lima Rangel - NUCLEP <fabio.rangel@nuclep.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 6 de maio de 2021 10:26

Para: Leandro de Carvalho Pereira - NUCLEP <cleandro.carvalho@nuclep.gov.br>; Nívea Bertão - NUCLEP <nivea.bertao@nuclep.gov.br>; Kristine Auler <kristineauler@mapma.com.br>; Karen Oliveira Santos <karen.oliveira@nuclep.gov.br>

Assunto: Re: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO - NUCLEP 012-2021

Prezada Kristine,

Em face do exposto abaixo, PERMANEÇO com o pedido:

Do SPED; ou

Do balanço registrado na JC (ou da autorização do poder judiciário para registro em cartório substituir o registro na junta);

E, por fim, dos documentos da judicialização com a RFB.

Att,

=====

Dr Leandro,

Grato.

Att,



Fabio Hyer de Lima Rangel

Administrador

fabio.rangel@nuclep.gov.br

+ 55 21 3781-4588

NUCLEP

Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.

www.nuclep.gov.br



O conteúdo desta mensagem e dos documentos anexos é destinado exclusivamente às pessoas indicadas no endereçamento eletrônico e contém informações confidenciais e/ou legalmente protegidas. É expressamente vedado a qualquer pessoa, sem prévia e expressa autorização, ler, revelar, distribuir, divulgar, alterar, copiar, reproduzir ou, sob qualquer forma, utilizar o todo ou parte desta mensagem ou dos documentos a ela anexados. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, queira, por gentileza, avisar imediatamente seu remetente e eliminar completamente do seu sistema. The contents of this message and of the attached documents are destined for the exclusive use of those persons named in the electronic address and contain confidential and / or legally protected information. It is strictly forbidden for any person without prior and official authorization to read, reveal, distribute, disclose, alter, copy, reproduce, or in any form or manner to use either the whole, or part of this message, or the attached documents. Should you have received this message and / or the attached documents in error, please notify the sender immediately, and delete it / them from your system completely.

Em 06/05/2021 10:19, Leandro de Carvalho Pereira - NUCLEP escreveu:

Prezado,

o Balanço patrimonial de uma entidade é apresentado via SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), através da ECD (Escrituração Contábil Digital).

Assim, conforme IN RFB 2.003/2021:

"Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Razão e seus auxiliares, se houver; e

III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos."

sobre a obrigatoriedade de apresentar o ECD via SPED, insta destacar o texto da norma:

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário, as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil;

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que cumprirem o disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; e

VI - à entidade Itaipu Binacional, tendo em vista o disposto no art. XII do Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973.

Relembre-se que uma "Pessoa Jurídica sem fins lucrativos" não pode ser automaticamente considerada imune, pois que deve seguir os requisitos da Lei, conforme art. 150, III, "c", da CF/88 c/c art. 12, §2º, da Lei 9.532/97.

Assim, não basta a entidade meramente alegar que não possui fins lucrativos para afirmar-se que não tem a obrigação legal de entregar seu balanço patrimonial através do SPED, pois que deveria comprovar sua certificação conforme Lei 12.101/09, assim como estar enquadrada na hipótese do inciso IV, do artigo 3º, da Instrução Normativa RFB 2.003/2021.

att.



Leandro de Carvalho Pereira

Advogado / PJG-2

Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

Telefone: (21) 3781-4704

www.nuclep.gov.br

From: Fabio Hyer de Lima Rangel - NUCLEP [mailto:fabio.rangel@nuclep.gov.br]

Sent: Thursday, May 6, 2021, 9:00 AM

To: Kristine Auler

Cc: Nivea Bertao de Moraes; Leandro de Carvalho Pereira; Karen Oliveira Santos

Subject: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO - NUCLEP 012-2021

Prezada,

Respondo abaixo, em vermelho.

Peço sua resposta de forma breve, pois se fôssemos conduzir o processo sem o uso de razoabilidade, a FIPEQC já estaria inabilitada, por não ter cumprido o quesito de habilitação da capacidade econômica e financeira de fornecer, pois o balanço apresentado, além de não ter sido apresentado nos formatos admitidos, é vencido em abril de 2021. É obrigação da proponente manter-se habilitada.

Continua pendente o balanço.

A questão da Receita Federal, eu pedi documentos comprobatórios. Solicito verificar abaixo.

Aguardo seu posicionamento.

Prezado Dr. Leandro,

Peço apoiar a presente análise.

Trata-se de Entidade sem fins lucrativos que pretende se credenciar para ofertar aos empregados da NUCLEP planos de saúde a odontológicos. Está com processo judicial com a RFB devido à discordância de alíquotas e, portanto, somente possui CND com prazo até 24 de abril de 2021, isto é, VENCIDA. Alega estar em processo de emissão. Solicitei documentos comprobatórios.

Mesma instituição alega que, por ser sem fins lucrativos, não precisa apresentar EFD via SPED. Sobre essa alegação, eu dei a resposta abaixo, após pesquisa em fontes legais oficiais.

Segue para vistas vossa, balanço de 2019 da referida Entidade.

Caso eu esteja errado na minha análise, peço que me corrija, por favor.

Att

Nívea e Karen,

Para conhecerem o andamento da análise.

Att,



Fabio Hyer de Lima Rangel
Administrador - Comissão de licitação
fabio.rangel@nuclep.gov.br
+ 55 21 3781-4588

NUCLEP
Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
www.nuclep.gov.br



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



O conteúdo desta mensagem e dos documentos anexos é destinado exclusivamente às pessoas indicadas no endereçamento eletrônico e contém informações confidenciais e/ou legalmente protegidas. É expressamente vedado a qualquer pessoa, sem prévia e expressa autorização, ler, revelar, distribuir, divulgar, alterar, copiar, reproduzir ou, sob qualquer forma, utilizar o todo ou parte desta mensagem ou dos documentos a ela anexados. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, queira, por gentileza, avisar imediatamente seu remetente e eliminar completamente do seu sistema. The contents of this message and of the attached documents are destined for the exclusive use of those persons named in the electronic address and contain confidential and / or legally protected information. It is strictly forbidden for any person without prior and official authorization to read, reveal, distribute, disclose, alter, copy, reproduce, or in any form or manner to use either the whole, or part of this message, or the attached documents. Should you have received this message and / or the attached documents in error, please notify the sender immediately, and delete it / them from your system completely.

Em 05/05/2021 18:06, Kristine Auler escreveu:

Prezado Fábio, boa noite!

Segue o retorno da Fipecq Vida:

No tocante ao **Balanco Patrimonial da FIPECq Vida**, empresas do Simples Nacional e empresas sem fins lucrativos, como associações, igrejas etc. não fazem SPED-ECD. As empresas que prestam esse tipo de obrigação acessória são as do Lucro Presumido e do Lucro Real. A Caixa de Assistência Social da FIPECq é uma Associação sem fins lucrativos e se encaixa na primeira categoria.

Não é bem assim. Para os efeitos do balanço de 2020, ano calendário 2019, com fulcro no inciso IV do §1º do Art. 3 da IN RFB 1894, de 16 de maio de 2019, as entidades sem fins lucrativos que extrapolassem o recebimento de valor superior à R\$ 4,8 milhões, estariam sim, sujeitas ao envio de EFD.

fonte: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=100793>

Tal regra só vem ser revogada com a edição da IN RFB 2003, de 20/01/2021 (data bem posterior à obrigatoriedade de balanço do ano calendário 2019).

No balanço da FIPEQC, essas receitas ultrapassam a monta de R\$ 10 milhões.

Também não temos a obrigatoriedade de publicar nossos demonstrativos em jornais, no entanto, executamos anualmente o registro do balanço em cartório (por termos o caráter associativo e não comercial). cremos que o registro em cartório seja suficiente para dar a publicidade e fé pública necessária ao documento.

Prezada, se a FIPECQ discorda porventura de alguma cobrança editalícia, poderia ter procedido pedido de impugnação ao Edital. Não cabe no momento da presente análise o "cremos". As "crenças" precisam ser checadas no momento que precede a data limite para a habilitação, e não durante a verificação dos documentos.

Caso no Distrito Federal a Junta Comercial tenha transferido competência à cartórios de registro civil para o registro de balanços, o que é fato em regiões do país cuja estrutura é aquém do necessário, peço o envio da decisão do poder judiciário local que autorizou tal delegação. Desse modo, eu aceitarei seu argumento e considerarei o registro em cartório válido para os efeitos do edital. Sem isso, não posso considerá-lo válido.

Quanto à **Certidão negativa da PGFN** ainda não é possível a emissão. A título de informação, a FIPECQ Vida ingressou com ação judicial questionando a base de cálculo da contribuição previdenciária apurada sobre proventos de terceiros, argumentando que haveria um limite/teto de 20 salários-mínimos para aplicação da alíquota de 4,5% referente à parte de terceiros, ao invés de considerar a apuração sobre o total da folha de pagamentos dos nossos colaboradores. Em agosto de 2020 a obtivemos tutela antecipada autorizando que a contribuição previdenciária fosse apurada conforme requerido no entendimento da FIPECQ Vida. Passamos a realizar o depósito judicial da diferença não paga à Fazenda Pública, junto à Caixa Econômica Federal e já houve o pedido e deferimento da PGFN para a liberação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

Peço cópia da decisão da tutela antecipada, cópia do último depósito judicial realizado, bem como o protocolo do pedido à RFB de deferimento do pedido para a emissão da Certidão Negativa, para análise.

Em relação ao **Instrumento Normativo que confere poderes à Gleide**, segue Resolução do Conselho de Administração que nomeia a Presidente Substituta e a Portaria que designa a função de Gerente de Gestão da Saúde.

Exigência atendida.

Aguardo retorno.

Abs!

Kristine Auler

Coordenadora de Relacionamento

RJ: Rua. Rodrigo Silva, nº 26 – 14º, Centro - Rio de Janeiro

SP: Rua. Joaquim Floriano 243, conj 124 - Itaim Bibi

Tel.: +55 21 2216-4852

Cel.: +55 21 99941-9624

kristineauler@mapma.com.br

www.mapma.com.br

facebook.com/GrupoMapma

De: Fabio Hyer de Lima Rangel - NUCLEP <fabio.rangel@nuclep.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 5 de maio de 2021 11:22

Para: Kristine Auler <kristineauler@mapma.com.br>

Cc: Nivea Bertao de Moraes <nivea.bertao@nuclep.gov.br>

Assunto: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO - NUCLEP 012-2021

Prezada,

Identifiquei que na documentação de habilitação do presente processo, foi enviada uma declaração de isenção tributária da Receita Federal. Contudo, havia junto uma Certidão positiva com efeitos de negativa, vencida em 24/04/2021. Peço, por favor, o envio de outra certidão que cubra a validade desta;

Sobre o balanço patrimonial, este, encontra-se vencido, e não veio nos moldes os quais o edital permite, a saber: registrado em junta comercial, publicado em jornal, ou no formato SPED-ECD, enviado à receita federal. O que pode sanar essa pendência com facilidade é o vosso balanço de 2019 no formato SPED, considerando que o prazo para envio do mesmo é 31 de maio de cada ano, caso você me mande nesse formato, a pendência decai, e esse ponto é sanado.

Por último, peço a PROCURAÇÃO que dá poderes à Sr.a GLEIDE ROSA DOS SANTOS CHAVES para assinar a documentação em nome da FIPECQ.

Desde já grato,

--



Fabio Hyer de Lima Rangel

Administrador - Comissão de Licitações

fabio.rangel@nuclep.gov.br

+ 55 21 3781-4588

NUCLEP

Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.

www.nuclep.gov.br



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



O conteúdo desta mensagem e dos documentos anexos é destinado exclusivamente às pessoas indicadas no endereçamento eletrônico e contém informações confidenciais e/ou legalmente protegidas. É expressamente vedado a qualquer pessoa, sem prévia e expressa autorização, ler, revelar, distribuir, divulgar, alterar, copiar, reproduzir ou, sob qualquer forma, utilizar o todo ou parte desta mensagem ou dos documentos a ela anexados. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, queira, por gentileza, avisar imediatamente seu remetente e eliminar completamente do seu sistema. The contents of this message and of the attached documents are destined for the exclusive use of those persons named in the electronic address and contain confidential and / or legally protected information. It is strictly forbidden for any person without prior and official authorization to read, reveal, distribute, disclose, alter, copy, reproduce, or in any form or manner to use either the whole, or part of this message, or the attached documents. Should you have received this message and / or the attached documents in error, please notify the sender immediately, and delete it / them from your system completely.

— Anexos: —

__ e-CAC __ Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional _ Histórico do Requerimento na PGFN.pdf	85,2KB
IN RFB Nº 2003 - 2021.pdf	138KB
1043655-24.2020.4.01.3400_298171881 - liminar.pdf	23,2KB